

20 ANOS DA LEI 10639/03 E O ENSINO GEOGRAFIA

Diogo Marçal Cirqueira¹
Gabriel Siqueira Corrêa²
Lorena Francisco de Souza³

No dia 09 de janeiro de 2023 completaram-se 20 anos da promulgação da lei 10.639/2003, que na esfera federal alterou a LDB ao incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História da África e da Cultura Afro-brasileira”. Essa mesma lei foi complementada em março de 2008, por meio da lei 11.645, ao incluir também no currículo oficial a “História e Cultura Indígena”. A lei 10.639/03 representa um marco na história da educação brasileira, pois, a despeito de ser um dispositivo jurídico instituído no âmbito do Estado, é fruto dos anseios, reivindicações e da luta histórica do movimento negro e indígena no Brasil republicano (SANTOS, 2009; XAKRIABÁ, 2020). Particularmente nesta publicação especial, as ações e atuação do movimento negro no âmbito da educação antes da institucionalização da Lei são discutidas no artigo de Ratts, “Geografia e cultura afro-brasileira no horizonte da educação das relações étnico-raciais”. Presente na análise do autor, percebe-se que a lei 10639/03 simplifica e fragmenta as demandas do movimento negro (educador e de base acadêmica) no que toca especificamente a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). De qualquer forma, por meio das políticas curriculares, a Lei insta ao reconhecimento da contribuição dos povos negro-africanos e indígenas na formação da cultura e sociedade brasileira. Do mesmo modo, talvez pouco explicitado, propicia aberturas para mudar os imaginários e nossa percepção sobre a presença negra-africana e indígena no Brasil para além de estereótipos racistas e das narrativas coloniais reducionistas.

Ainda que a lei tenha levado a refletir sobre a função social e política da educação e da instituição escolar no contexto brasileiro, ao incidir no currículo, leva a questionamentos no âmbito das disciplinas escolares, dentre elas a própria Geografia. Que tipo de conteúdos são difundidos por essa disciplina? Quais saberes são produzidos na escola a partir dela? Quais são as representações da diferença étnica e racial – interseccionada à classe, gênero, sexualidade e outros marcadores– difundidos pela Geografia? Qual o papel da disciplina na

¹ Doutor em Geografia (UFF) e professor no Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF) - diogomc@id.uff.br

² Doutor em Geografia (UFF) e professor na Faculdade de Formação de Professor (FFP-UERJ) - gabrielgeo@hotmail.com.br

³ Doutora em Geografia (USP) e professora no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA-UFG) - lorena.souza@ufg.br

reprodução, bem como, na desconstrução de estereótipos e do racismo? Como a Geografia, enquanto disciplina escolar, pode contribuir para construção de uma sociedade de fato cidadã, mais justa e sem racismo?

Nos últimos vinte anos, tomando a Lei como instrumento de justiça social e de cidadania para o combate ao racismo, muitos/as professores/as de Geografia têm apresentado essas (e outras questões) e buscando operacionalizar a disciplina para colocar em prática a “história [e a geografia] africana, afro-brasileira e indígena” no currículo oficial e praticado (VAZZOLER, 2006; SANTOS, 2009). Esses professores/as tem enfrentado um campo escolar tenso, cujas práticas pedagógicas negligenciam conflitos raciais entre alunos, professores/as e comunidade escolar em geral; isso tem se agravado, pois, o silenciamento sobre as diferenças, o advento do movimento Escola Sem Partido e outras frentes ultraconservadoras nos últimos quatro anos favoreceram ao não tratamento adequado e capacitado das tensões raciais e o combate a todo tipo de discriminação presentes no cotidiano escolar (SOUZA e SANTOS, 2020). Diante disso, os artigos dessa publicação especial apresentam um panorama desse debate no contexto brasileiro e, um derivado disso, mostra-se como um termômetro da presença (e da ausência) dessas discussões nos campos do ensino de Geografia, da formação de professores e professoras de Geografia e da Geografia Escolar.

Ainda que a implementação da lei 10.639/03 tenha completado 20 anos, notamos ao analisar os levantamentos panorâmicos sobre a temática que sua admissão no campo da Geografia levou bastante tempo, se compararmos com outras disciplinas da área de Humanidades. Cirqueira e Correa (2014), em pesquisa acerca das teses e dissertações com temáticas sobre relações étnico-raciais e África produzidas nos programas de pós-graduação de Geografia até 2013, não localizaram nenhum trabalho que tenha relacionado o tema referido com a educação ou o ensino de Geografia. Oliveira (2020), em levantamento similar, buscou apresentar o “estado da arte das questões étnico-raciais nas pesquisas em ensino de Geografia”. Do total de teses e dissertações em Geografia sobre as “questões étnico-raciais” levantadas pelo autor, apenas 8% têm como escopo o “Ensino de Geografia da África e das Questões étnico-raciais”. Do mesmo modo, Santos (2020), com um recorte temporal que perfaz 1987-2018, localizou 12 trabalhos (11 dissertações e uma tese) sobre o “Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira”. De acordo com a amostra da autora, a primeira dissertação de mestrado defendida, cujo tema central é a educação para as relações étnico-raciais, ocorreu em 2013, portanto, 10 anos após a implementação da lei 10.639/03. Souza

(2023) amplia esse universo e apresenta um levantamento sobre as pesquisas na área do ensino de Geografia que versam sobre questões raciais, de gênero e sexualidades no período de 2010 a 2018 em programas de mestrado e doutorado em Geografia. Neste levantamento, a autora destaca que, mesmo que seja possível verificar o tratamento das temáticas de gênero, raça e sexualidade em pesquisas acadêmicas e em livros didáticos neste recorte temporal, ainda há o silenciamento/mascaramento deste debate na formação de professores e professoras de Geografia e no próprio ensino de Geografia. Verificou-se que, quando discutidas, se limitam à apresentação de metodologias de ensino sobre temáticas transversais e pontuais, que não consideram as temáticas racial, de gênero, étnica e a sexualidade como possibilidades didáticas em conteúdos geográficos.

Em suma, o que esses levantamentos demonstram, ao tomar as pós-graduações em Geografia como um espelho dos interesses e projetos institucionais acerca da pesquisa no campo Geográfico, é que houve demora excessiva para incorporar as discussões e os temas que emergem da lei 10.639/03 como um objeto de interesse, ação e investigação sistemática. Ainda que durante os anos 2000 haja trabalhos que relacionem ensino de Geografia e as relações étnico-raciais, grande parte são ensaios e artigos de caráter exploratório, que não se assentam em pesquisas ou projetos de investigação sistemáticos e profundos (RATTS *et al.*, 2007); ou são trabalhos realizados fora da Geografia (VAZZOLER, 2006). Nesse sentido, o artigo de Silva *et al.*, “A produção científica geográfica e a implementação da obrigatoriedade da discussão étnico-racial na educação brasileira”, presente nesta publicação especial, ao trazer um levantamento panorâmico das publicações em periódicos de Geografia sobre “discussão étnico racial no ensino” (com base no banco de dados do Observatório da Geografia Brasileira - OGB), além de apresentar conclusões análogas às presentes nas investigações sobre a produção das Pós-graduações em Geografia, evidencia os problemas de gênero que atravessam a autoria em pesquisas acerca do ensino de Geografia e das relações étnico-raciais. Embora grande parte da produção seja assinada por pessoas negras, a esmagadora maioria é de homens – situados no Sudeste, Sul e Centro-oeste brasileiro.

Implícito nesses levantamentos é o fato de que os primeiros trabalhos relativos à educação geográfica e a questão étnico-racial emergiram na fase avançada das políticas de Ações Afirmativas nas universidades brasileiras – cujas primeiras experiências se dão em âmbito estadual em 2003 até a institucionalização na esfera federal em 2012 (CIRQUEIRA *et al.*, 2012). Os primeiros trabalhos em pós-graduações de Geografia e os artigos publicados em

periódicos de Geografia que tratam do ensino e relações étnico-raciais tem como autoria sujeitos que, não somente experienciaram os intensos debates sobre as “cotas”, como, alguns foram beneficiários das políticas de ação afirmativa (SANTOS, 2021; CIRQUEIRA, SANTOS, 2023), ainda que haja uma desproporção de gênero na autoria.

Nessa publicação especial, diferente do quadro exposto, há artigos e relatos de práticas pedagógicas derivados de pesquisas sistemáticas e densas que buscam compreender a complexidade do processo que envolve a implementação da lei 10.639/03 e a incorporação das questões étnico-raciais no ensino de Geografia. Nesse sentido, Santos em “Vinte anos da lei 10.639: quais os desafios para o ensino de Geografia?”, apresenta resultados de uma “pesquisa-ação” conduzida entre professores de Geografia do ensino fundamental durante o período de 2008 e 2012. É evidenciado nesse trabalho os desdobramentos de uma geografia antirracista, acompanhada de disputas e tensões entre professores e professoras, ou ainda, entre professores e direção das escolas. A partir da escola, Ferreira nos traz uma análise dos processos de “letramento racial” de estudantes oriundos dos programas PIBID e Residência Pedagógica (UFF) durante o período de 2015 e 2022. É destacado justamente a importância de pensarmos as práticas curriculares possíveis em escolas públicas. Nascimento e Silva no artigo “O ensino de Geografia da África nos cursos de licenciatura nas Universidades Federais Brasileiras”, realizam um exame da inserção dos debates acerca da questão étnico-racial na educação superior, a partir das disciplinas de Geografia da África presentes nos Planos Políticos Pedagógicos e nos currículos dos cursos de licenciatura em Geografia. Por outro lado, Rodrigues, Souza e Barros, em “Experiências do ensino de Geografia da África na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA”, examinam os processos, experiências e visões acerca do ensino de Geografia da África em uma Licenciatura interdisciplinar deflagrada justamente pela e para a lei 10.639/03. Do mesmo modo, o já mencionado artigo de Silva *et al*, apresenta um levantamento da produção científica geográfica acerca da questão étnico-racial na educação. Esses artigos superaram o tom ensaístico e apresentam discussões profícuas sobre a intrincada implementação da lei 10.639/03 a partir de dados e experiências concretas - que vão da escola à universidade.

Destaca-se com isso uma série de trabalhos que têm o currículo como foco, abordando experiências de diferentes estados, entre eles Tocantins, Rio de Janeiro e São Paulo, além de documentos nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular. Nestas pesquisas foi

realizado um esforço para identificar se a lei 10.639/03 está contemplada nos documentos oficiais de modo integral, pontual ou se não é abordada.

Nessa linha, tem-se no dossiê um conjunto de artigos que discutem as práticas curriculares para se trabalhar a questão étnico-racial, desde análises junto a professores e estudantes, até debates sobre a produção desses documentos. Em Silva e Bispo, no artigo “Explorando a Geografia da África na sala de aula: uma análise da BNCC como referência curricular”, os autores identificam a ausência das discussões sobre África no referido documento, indicando que do 1º ao 9º ano, apenas o 8º apresenta tópicos vinculados à temática. Já no artigo de Bezerra *et al*, denominado “Aplicação da lei federal nº 10.639/2003 na Escola Família Agrícola de Porto Nacional, TO”, foi realizado uma pesquisa diagnóstica, no qual observou-se junto aos estudantes e professores como a questão étnico-racial é implementada. Como resultado foram identificadas dificuldades por parte dos professores para trabalharem com o tema, alegando, principalmente, a falta de formação na graduação. Ademais, apontou-se que o trabalho é feito de modo pontual segundo os estudantes.

Além de uma abordagem sobre uma Escola Agrícola, o dossiê contou com dois artigos que partem da educação de jovens e adultos, sob a perspectiva do debate curricular. Em Souza e Dionísio, no artigo “Dispositivo de racialidade e a lei 10.639/2003: implicações no ensino de Geografia e na educação de jovens e adultos” tem-se o debate sobre a elaboração de materiais da rede municipal do Rio de Janeiro para o EJA, no qual os autores identificam que a questão étnico-racial, embora fosse considerado um tema relevante para quem produziu o material, não está presente nos conteúdos. Também sobre o EJA, mas a partir do contexto paulista, Luz, no artigo “Currículo, questão racial e o ensino de geografia na educação de jovens e adultos: um estudo de caso na cidade de São Paulo”, identifica a abordagem pontual e secundária das relações étnico-raciais, mesmo diante de um alunado que, em sua maioria, é negro. Por fim, Couto e Risso em “Por uma educação antirracista: planos de ação para inserção da lei 10.639/03 no cotidiano escolar” elaboram propostas para a aplicação da lei em um Projeto Político Pedagógico que não se restrinja a uma ação pontual, mas se coloque enquanto um projeto escolar no combate ao racismo, contemplando o currículo como um todo.

O que estes artigos revelam é a permanência do silenciamento dos conteúdos sobre a questão étnico-racial, mesmo quando observamos currículos adotados em escolas municipais ou

federais. Mais do que nunca, o currículo permanece como um documento em disputa para a efetivação de uma educação antirracista.

Conforme apontam Souza e Machado (2021) há de se considerar a mediação didática dos/as professores/as entre o conhecimento prévio dos/as jovens escolares e os conhecimentos específicos da Geografia para o tratamento de temas socialmente relevantes, como as temáticas étnico-raciais, de gênero e sexualidades. Na escola, a Geografia tem um desafio importante na construção de uma proposta cidadã e formativa, pois é possível problematizar conteúdos e contextos sociais em sua espacialidade, para a elaboração de um pensamento sobre o espaço, um pensamento geográfico (CAVALCANTI, 2019).

Ao debatermos a lei, contudo, não podemos nos restringir a pensar os conteúdos e temas pouco trabalhados, como segregação de base racial, branqueamento do território, racismo ambiental dentre outros. É preciso realizar um duplo movimento (SANTOS, 2007): inserir estes (e outros) conteúdos pouco trabalhados, mas também revisar os conteúdos já existentes, notadamente os que apresentam leituras reducionistas ou estigmatizantes - em especial os relacionados à formação territorial brasileira e o continente africano. Um movimento interessante que tem sido feito nessa linha é a análise dos livros didáticos, que constituem de certa maneira, o currículo que o Estado pretende adotar. Afinal, o conteúdo dos livros adotados pelas escolas públicas, perpassa por um processo de avaliação e seleção realizado pelo próprio Estado, através do Programa Nacional de Livros Didáticos(PNLD).

Em tese que analisou livros didáticos publicados entre 1998 e 2001, ou seja, anterior a implementação da lei 10.639/03, Tonini (2002) destacou que as abordagens sobre "etnia" associavam direta e indiretamente a ideia de desenvolvimento, progresso e avanço a povos e grupos identificados com "pele clara" (brancas), algo expresso em representações de pessoas em empregos de alta capacidade tecnológica. Por outro lado, as pessoas de "pele escura" (negras) estavam representadas em atividades inferiores e subalternas em sociedades capitalistas. Da mesma forma, as paisagens na qual os brancos se encontravam eram constituídas por equipamentos e infraestrutura superiores se comparados aos negros. Desta forma, segundo a autora, é possível identificar uma hierarquia entre as "etnias", naturalizada por estes materiais didáticos. Sobre a África, Tonini e Desidério (2018), analisando livros publicados já após a lei, destacam as imagens que orientam negativamente as leituras sobre o continente. Para as autoras há nas reproduções discursos que estigmatizam as populações e os países africanos, estabelecendo associações com fatores e fatos deletérios. Embora não

seja o objetivo aqui, cabe destacar que o mesmo acontece com os conteúdos sobre a América Latina (TONINI, FOPPA, 2020). Já em Corrêa (2011, 2013) observou-se como os livros didáticos do sétimo ano, produzidos entre 2008-2010, reforçam aspectos ligados ao mito da democracia racial, além de não inserirem grupos importantes, como os remanescentes de quilombo que versavam sobre a formação territorial e populacional brasileira. Ademais, flertavam com teorias associadas ao branqueamento da população, predominantes no pensamento social brasileiro entre 1890 até 1940, reforçando leituras que exaltavam a presença dos imigrantes, a partir da naturalização da entrada destes no território brasileiro, e a invisibilização da população negra no período pós escravidão.

Estes trabalhos lidos de forma conjunta e comparada demonstram o pouco impacto inicial da Lei nos livros didáticos de Geografia. Ainda que tenham realizado análises com metodologias distintas, é possível ver permanências na forma como a dimensão étnico-racial é tratada, seja quando se debate a formação territorial brasileira ou África. Contudo, Santos (2018) faz uma breve reflexão sobre as formas de inserção da temática racial em três diferentes livros didáticos publicados entre 2012-2014. Embora o autor critique alguns pontos de conteúdos em que a temática racial é inserida, ao comparar com livros didáticos produzidos na década anterior, identifica avanços nas inserções ao tema. Estes estão sob a forma, por exemplo, do questionamento da democracia racial, discussão de políticas de ações afirmativas e apresentação dos números da desigualdade social sob o aspecto étnico-racial. Assim, ainda que não seja o ideal, observa-se como a pressão de diferentes agentes e a própria existência da Lei 10.639/03 resulta em mudanças no tratamento ao tema nos livros didáticos. Nota-se que o PNLD é um programa que contribui com essa inserção da lei, conforme apontam Corrêa e Meirelles (2018). Ainda assim, os editais que regulam a avaliação e compra desses livros por parte do Estado, não dão conta da criação de metodologias que impeçam que símbolos da branquitude permaneçam, afinal, a avaliação atua mais obrigando a inserção do tema, do que, efetivamente, produzindo uma leitura antirracista.

No bojo dessa discussão tem-se a contribuição nessa coletânea do artigo “Um olhar sobre o livro didático de Geografia do ensino fundamental II - PNLD 2014 e 2020: representações sociais dos negros africanos e da África” das autoras Oliveira e Sampaio. No texto é realizado um levantamento das representações de populações negras africanas nos livros didáticos do sétimo e oitavo anos, publicados entre 2012 e 2018. Assim, tanto os conteúdos sobre

formação territorial brasileira, como da África são incorporados nessa análise. O resultado demonstra a permanência de estigmas e estereótipos nas imagens, além de discursos que difundem ideias de uma miscigenação harmoniosa e o branqueamento da população. A partir desse artigo e do campo do ensino de Geografia na atualidade, notamos a necessidade de trabalhos que exerçam vigilância epistêmica constante frente a colonialidade do saber que permanece nas bases constituintes dos materiais didáticos.

Pensando nas experiências e aprendizados a partir da África, apontamos a contribuição de Ferracini e Langa no artigo “Diálogos Brasil-Moçambique a partir das diretrizes para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Baseados nas diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais, os autores discutem concepções de ensino de Geografia em Moçambique, levando em consideração as experiências pedagógicas desenvolvidas nos diferentes espaços formativos.

Grande parte dos geógrafos/as que têm abordado as relações étnico-raciais na Geografia, têm realizado tal discussão via o debate sobre os territórios quilombolas (ver SILVEIRA, MELO, 2021; SANTOS, 2020; CIRQUEIRA, CORREA, 2014; CORREA *et al*, 2020). Contudo, o foco tem se concentrado nas questões fundiárias, sobretudo no conflito por terra-território e nos processos de territorialidade-territorialização – ao interpretar os quilombos como grupos tradicionais etnicamente diferenciados no contexto brasileiro.

Embora em 2012 tenha sido instituído as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica”, poucas pesquisas têm sido realizadas na Geografia acerca desse tema. Em levantamento da produção sobre “territórios quilombolas” em periódicos de Geografia realizada por Silveira e Melo (2021), de um universo de 88 artigos, apenas três abordam a Educação Escolar Quilombola. Do mesmo modo, Santos (2020), em levantamento sobre as teses e dissertações com temática racial em programas de pós-graduação em Geografia entre 1987 e 2018, dos 29 trabalhos sobre quilombo, apenas uma dissertação é voltada exclusivamente para a Educação Escolar Quilombola.

Tendo em vista que o Censo do IBGE (2023) computa a existência de 1,3 milhão de quilombolas (vivendo em 494 Territórios "oficialmente delimitados" espalhados por todo o país) e o fato de a questão educacional ser uma demanda urgente das comunidades quilombolas - uma vez que é um elemento estratégico para a defesa da terra-território, a Geografia Escolar deve dedicar mais atenção a esse campo de pesquisa e ação. Experiências demonstram o quanto a Geografia tem a contribuir para se pensar o(s) território(s)

quilombola(s) como referência primordial para a construção do currículo (CARVALHO; CIRQUEIRA, 2019; CARRIL, 2017; NOBRE, 2019; CORRÊA & S.Santos, 2022) e para a elaboração de materiais didáticos (CORRÊA, 2011, 2013, 2022).

Nesta publicação especial, talvez como um reflexo do quadro geral das publicações sobre Educação Escolar Quilombola no campo do Ensino de Geografia e da Geografia Escolar, consta apenas um artigo com essa temática; “A lei 10.639/03 a partir de experiências cartográficas nos quilombos em contexto urbano de Porto Alegre/RS”, autoria de Pires e Bitencourt. Este artigo traz, a partir de experiências com “cartografia social contracolonial” com comunidades quilombolas urbanas, abordagens sobre lacunas (e possibilidades) acerca da educação escolar e não-escolar quilombola. De qualquer forma, essa ausência é um alerta, tendo em vista a relevância social e política dessa modalidade de ensino no nosso contexto histórico atual, e, ao mesmo tempo, mostra-se como campo aberto para contribuições, cooperações e aprendizagens para nós geógrafos/as que trabalham com ensino.

Uma ausência nessa coletânea que devemos destacar, são trabalhos sobre educação escolar indígena e a "história e cultura dos povos indígenas" na escola, assim como orienta a revisão da lei 10639/03 em 2008 pela lei 11.645. Apesar dos trabalhos pioneiros de Resende (1992, 1994) na década de 1990, é recente e diminuto o interesse de Geógrafos/as acerca dessas temáticas (LIMA, 2012; GAMA, 2020; NUNES *et al*, 2023). Semelhante à educação escolar quilombola, tendo em vista que a disciplina escolar Geografia traz temas e conteúdos que dialogam diretamente com os anseios político-educacionais dos vários povos indígenas, é fundamental que o campo da Geografia Escolar incorpore em suas agendas e temas de investigação e ação discussões sobre a questão indígena.

Por fim, após vinte anos da vigência da lei 10.639/03 sabemos que os desafios ainda são grandes e complexos, pois envolvem a formação de professores, a gestão do sistema de ensino, a incompatibilidade com legislações nacionais e estaduais, os currículos das faculdades de formação de professores, a ausência de formação continuada direcionada para o ensino das relações étnico-raciais, a especificidade das relações étnico-raciais nos contextos regionais e locais, etc. Contudo, esperamos que esta Publicação Especial se configure como uma contribuição mínima ao campo da Geografia Escolar. Mais ainda, nosso desejo é que nos sirva como um instrumento de avaliação e reflexão coletiva para a ampliação de discussões das relações étnico-raciais no âmbito da Geografia e para a implementação efetiva de uma educação (geográfica) antirracista em nossas escolas.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Irene. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. In: Agência de Notícia do IBGE. Acessado 10/11/2023 em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>>
- CARRIL, L. D. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, p. 539–564, jun. 2017.
- CARVALHO, E.; CIRQUEIRA, D. M. Quilombo Campinho da Independência, Paraty (RJ): território étnico e a luta por uma educação diferenciada. *INTERRITÓRIOS*, v. 5, n. 8, p. 85–109, 22 jun. 2019.
- CAVALCANTI, L. de S. *Pensar pela Geografia-ensino e relevância social*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.
- CIRQUEIRA, D. M.; SANTOS, M. F.. Considerações sobre as geografias das relações étnico-raciais e as geografias negras no Brasil. *Revista da ANPEGE*, v. 19, n. 38, 2023.
- CIRQUEIRA, D. M.; SANTOS, M. F. dos. Teorias Raciais na Geografia: abordagens e perspectivas da raça e relações raciais na Geografia brasileira. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G dos S. (orgs.). *Teorias da Geografia: mundos possíveis*. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 553-574.
- CIRQUEIRA, D. M.; SOUZA, Lorena Francisco de . Nação, meio e raça no ensino de Geografia: apontamentos a partir de Delgado de Carvalho (1910-1930). In: ALBUQUERQUE, M A. M. DE; DIAS, A. M DE L.; CARVALHO, L. E. P.(Org.). *História da Geografia Escolar: fontes, professores, práticas e instituições*. Curitiba: CRV, 2022, v. 1, p. 323-340.
- CIRQUEIRA, D. M.; CORRÊA, G. S. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. *Revista da ANPEGE*, v. 10, n. 13, p. 29–58, 2014.
- CIRQUEIRA, Diogo M.; GONÇALVES, Carlianne P.; RATTIS, Alex. As marcas da travessia: o processo de implementação de ações afirmativas e cotas na universidade Federal de Goiás. In: *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, p. 41-76, 2012.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Racismo e experiência do lugar em estudantes negras e negros. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 2, p. 72-87, 2017.
- CIRQUEIRA, D. M.; GUIMARÃES, F. G.; SOUZA, L. F. (orgs.). Caderno Temático “Geografias Negras”. *Revista da ABPN* , Goiânia, v. 12, ed. especial, abr. 2020.
- CORRÊA, G. S. Conteúdos possíveis a partir da lei 10.639: as geografias das comunidades remanescentes de quilombo no território brasileiro. In: *Revista Tamoios*, v. 7, n. 1, p. 37–50, 19 set. 2011.

_____. Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, C. L.; RATTS, A. (orgs.). Espaço e diferença : abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia: UFG, 2018. Disponível em: <https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/index.html>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CORRÊA, G. S.; MEIRELES, M. M. . Eurocentrismo e colonialidade nos livros didáticos de Geografia: narrativas, hierarquias e disputas epistêmicas. In: TONINI, Ivaine Maria et all. Geografia e livro didáticos para tecer leituras de mundo. São Leopoldo: Oikos, 2018.

CORRÊA, G. S.; MONTEIRO, G. R. F.; CIRQUEIRA, D. M. A questão quilombola na conjuntura atual: Conflitos, desafios e r-existências. In: Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 249-284, 2020.

CORREA, Gabriel S.; SANTOS, Carolina da Silva. Disputa e conflito pela implementação de uma educação diferenciada na comunidade remanescentes de quilombo de Santa Rita do Bracuí. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 423–443, 2022. DOI: 10.12957/riae.2022.66425. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/66425>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DESIDERIO, R. ; TONINI, I. M. . Fotografias de África - entre invenções e aventuras. PARA ONDE!?! (UFRGS), v. 9, p. 86-96, 2018

GAMA, Fernanda Cavalcante et al. A Importância da Disciplina de Geografia para a Educação Escolar Indígena. UFAM Business Review-UFAMBR, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2020.

GOMES, Nilma L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petropolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, G. Os educadores basilares e a dimensão racial do espaço na construção de identidades da infância à adolescência. In: SOUZA, C. F.; SILVA, A. C.; IMENES, C.; CABRAL, E. B.; SILVA, K. K. V.; OLIVEIRA, M. G. S.. (Org.). Cotidianos Educacionais: fazeres, imagens e formação docente. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 65-83.

LIMA, Salvadora C. A. Concepções de natureza e território na visão dos professores Guarani da escola indígena de Dourados/MS. (Tese de Doutora em Geografia). Universidade Federal de Goiás - UFG: Goiânia, 2012.

LIMA-PAYAYÁ, J. S.; SILVA, L. C. S.; CORDEIRO, P. R. O. (orgs.). Pensamentos Geográficos Africanos e Indígenas. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros , São Luís, v. 4, n. 10, 2021. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/issue/view/755/showToc>. Acesso em: 28 ago. 2021

NOBRE, Domingos. Currículos diferenciados das escolas indígenas, quilombolas e caiçaras: política e metodologia. Niterói, Brasil: Gráfica da UFF, 2019.

NUNES, F. G.; PAULI, M. M.; MOTA, J. G. B. Imagens de Povos Indígenas em Livros Didáticos de Geografia: Elementos Para Pensar Alteridades e Diferença na Produção do Conhecimento. *Revista Georaguia*, 12(especial), 2023, p. 96–115.

OLIVEIRA, R. C. D. O Estado da Arte das Questões Étnico-raciais nas Pesquisas em Ensino de Geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 104, p. 163–186, 31 dez. 2020.

RATTS, A., RODRIGUES, A. P. C., VILELA, B. P., CIRQUEIRA, D. M.. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de Geografia. *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, v. 8, n. 1, 2006.

RATTS, ALEX. Geografia, relações étnicoraciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. *Terra Livre*, v. 1, n. 34, 2010.

RESENDE, Márcia Spyer. Saber indígena, saber geográfico e o ensino de geografia. *Educação em Revista*, v. 8, n. 16, 1992.

RESENDE, Márcia Spyer. Um mapa do que pode ser a Geografia nas escolas indígenas. *Em Aberto*, v. 14, n. 63, 1994.

SANTOS, Renato E.. O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639". In: SANTOS, Renato Emerson dos. *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato E. *Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639*. Rio de Janeiro, CEAP, 2009.

DOS SANTOS, Renato Emerson. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. *Revista Tamoios*, v. 7, n. 1, p. 04-24, 2011.

SANTOS, Renato E. A lei 10.639 no PNLD de Geografia: um ensaio sobre as questões, mudanças e permanências. In: TONINI, Ivaine Maria et all. *Geografia e livro didáticos para tecer leituras de mundo*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

SANTOS, M. F. dos. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil (1987-2018). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. Ed. Especi, p. 54–77, 12 abr. 2020.

SANTOS, M. F. DOS. A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018). Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Goiás - UFG: Goiânia, 2021.

SILVEIRA, A. da F. S. E; MELO, E. C. de. Os estudos sobre os territórios de quilombo nas revistas brasileiras de geografia (2000 - 2019). *Revista Espaço e Geografia*, v. 24, n. 2, p. 50:70-50:70, 2021.

SOUZA, Lorena F de et al. Uma geografia das corporeidades e das diferenças. *Uma Geografia do século XXI: temas e tensiones*. Curitiba: CVR, 2020. p. 41-61.

SOUZA, Lorena F. de. AS TEMÁTICAS INTERSECCIONAIS NAS PESQUISAS SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: avanços e ausências, *Revista da ANPEGE*, v. 19, n. 38, 2023.

SOUZA, Lorena F. de, & da Conceição Reis Santos, C. (2020). A GEOGRAFIA ESCOLAR E O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: APONTAMENTOS A PARTIR DO CURRÍCULO REFERÊNCIA DO ESTADO DE GOIÁS. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 12(Ed. Especi), 273–291.

SOUZA, Lorena Francisco de, MACHADO, Luiza H. Barreira. O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DE CONTEÚDOS GEOGRÁFICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Revista Signos Geográficos*, 3, (2022,. 1–36.

TONINI, I. M.. Identidades capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros de Geografia. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. - Porto Alegre 2002.

TONINI, I. M.; FOPPA, L. C. . As páginas abertas da América Latina: Uma leitura dos livros didáticos de Geografia. In: MARTINS, Rosa; TONINI, Ivaine, COSTELLA, Roselane.. (Org.). *Geografias Interativas*. 1ed. Florianópolis: UDESC, 2020, v. 1, p. 401-427.

VAZZOLER L. S. As categorias geográficas como fundamentos para os estudos sobre a população negra. In: OLIVEIRA, I. de (Org.). *Cadernos Penesb* n. 7 . Rio de Janeiro, 2006.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, 2020.